

## Conceções sobre as variedades brasileiras e africanas do português em manuais do ensino básico

### Conceptions of Brazilian and African varieties of Portuguese in primary school textbooks

Paulo Feytor Pinto<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Aberta / CELGA-ILTEC

#### *Abstract*

This text identifies, in the eight 7th grade textbooks available on the Portuguese market since 2021, the conceptions about Brazilian and African varieties of Portuguese that emerge from the approach to the geographic variation of the language prescribed by the guiding document for that grade's curriculum. Following the approach taken by the textbooks, the text is composed of five parts: geographic variation, regional varieties, Portuguese varieties, Brazilian varieties, and African varieties. The main conclusions of this study are that the textbooks represent Portuguese spoken in Brazil, Angola and Mozambique as three homogeneous varieties, unlike Portugal Portuguese, and with several similarities between them, especially in their specific syntax. In the three varieties, the unstressed personal pronouns are placed before the verb, the direct object personal pronoun of the third person tends not to be used, and they all have specific vocabulary. Perhaps for this reason, some textbooks include these three varieties in a single non-European Portuguese category. Despite this approximation, Brazilian Portuguese is described in much more detail than the two African varieties.

**Keywords:** language conceptions, geographic variation, textbooks, elementary education.

#### **Resumo**

Este texto identifica, nos oito manuais do 7.º ano disponíveis no mercado português desde 2021, as concepções sobre variedades brasileira(s) e africanas do português que transparecem da abordagem da variação geográfica da língua prescrita pelo documento orientador do currículo desse ano de escolaridade. Seguindo a abordagem feita pelos manuais, o texto é constituído por cinco partes: variação geográfica, variedades regionais, variedade(s) portuguesa(s), variedade(s) brasileira(s) e variedades africanas. As principais conclusões deste estudo são que os manuais representam o português falado no Brasil, em Angola e Moçambique como três variedades homogéneas, ao contrário do português de Portugal, e com várias semelhanças entre si, especialmente na sua sintaxe específica. Nas três variedades, os pronomes pessoais átonos são colocados antes do verbo, o pronome pessoal complemento direto na terceira pessoa tende a não ser utilizado e todas apresentam vocabulário específico. Talvez por isso, alguns manuais incluem estas três variedades numa única categoria de português não europeu. Apesar desta aproximação, o português do Brasil é descrito com muito mais detalhe do que as duas variedades africanas.

**Palavras-chave:** concepções linguísticas, variação geográfica, manuais, ensino básico.

## Introdução

Neste texto apresentam-se os resultados de um estudo original que pretendeu diagnosticar as concepções sobre as variedades brasileira(s) e africanas do português, em manuais do ensino básico, uma vez que elas, por um lado, revelam as atitudes dominantes na sociedade através da perspectiva dos seus autores e, por outro, influenciam as concepções veiculadas pelos professores nas suas práticas educativas em sala de aula. Têm, por isso, um elevado potencial de impacto na reprodução dessas concepções junto das crianças e jovens para quem o manual escolar tende a ser o único suporte usado para este tipo de aprendizagens escolares formais. Uma vez que é no 7.º ano de escolaridade que as orientações curriculares prescrevem a aprendizagem essencial explícita do domínio da gramática, “Reconhecer traços da variação da língua portuguesa de natureza geográfica”, promovendo estratégias de “identificação de situações de variação linguística em textos orais e escritos e comparação com o português padrão” (Direção-Geral da Educação [DGE], 2018a, p. 11), o diagnóstico das concepções em questão baseou-se na análise de todos os oito manuais da disciplina de Português, do 7.º ano de escolaridade, atualmente disponíveis no mercado português (Andrade & Cameira, 2021; Costa et al., 2021; Delindro et al., 2021; Marques & Neves, 2021; Neto et al., 2021; Paiva et al., 2021; Pereira et al., 2021; Santiago & Paixão, 2021).

A partir de uma abordagem quantitativa das concepções predominantes no conjunto dos manuais, é feita uma análise qualitativa da caracterização das variedades do português falado no Brasil e em cada um dos cinco países africanos em que o português é língua oficial e é efetivamente falado como língua materna por grupos mais ou menos minoritários da população e em contextos sociolinguísticos quotidianos mais ou menos restritos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A partir do índice de cada manual foram identificados os excertos em que a variação geográfica da língua é explicitamente abordada, tanto a variação entre diferentes países como a variação no interior de cada país, incluindo Portugal. Não se trata, portanto, da análise, nos manuais, das estratégias de uma pedagogia da variação linguística “que integre o domínio das variedades no domínio das práticas socioculturais de leitura, escrita e fala no espaço público (...) estimulando uma reflexão focada nas grandes questões que envolvem a variação linguística no ensino de português” (Zilles & Faraco, 2015, pp. 9–10). Tal significa que fica de fora o desenvolvimento da consciência da variação geográfica da língua implícito na abordagem e aprofundamento de outras aprendizagens essenciais do currículo do ensino básico, em particular do domínio da educação literária com obras do *corpus* obrigatório, de autores africanos e brasileiros, como José Eduardo Agualusa, no 7.º ano (DGE, 2018a, p. 12), Mía Couto e Jorge Amado, no 8.º ano (DGE, 2018b, p. 13), e Machado de Assis e Clarice Lispector, no 9.º ano (DGE, 2018c, p. 13). Este estudo também excluiu as outras aprendizagens essenciais do ensino básico que tratam da variação linguística pelo facto de, no 8.º ano, dizerem respeito à variação social (DGE, 2018b, p. 11) e, no 9.º ano, à variação diacrónica (DGE, 2018c, p. 11), e ainda a aprendizagem essencial do ensino secundário que, no 10.º ano de escolaridade, foca a distribuição geográfica do português no mundo (DGE, 2018d, p. 10), por ter sido objeto de um estudo anterior (Pinto, no prelo).

Os oito manuais do 7.º ano disponíveis no mercado português são o resultado do trabalho de 25 autoras e três deles foram objeto de validação científica por outras tantas revisoras. As concepções destas 28 professoras dos ensinos básico, secundário e superior sobre as variedades brasileira(s) e africanas da língua portuguesa estão explicitadas num total de quase 20 páginas, das edições em papel de cada manual, e que variam entre cerca de uma página e um terço e as quatro páginas e um terço. A análise que a seguir se apresenta é constituída por cinco partes. Em primeiro lugar, a caracterização da variação linguística de natureza geográfica, das línguas em geral e/ou da língua portuguesa em particular. Depois, o tratamento da variação geográfica regional, no interior de um país. Em terceiro lugar, a variedade do português falado em Portugal, seguida da variedade brasileira. Por fim, a variação do português nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

## 1. Variação geográfica

Todos os manuais em análise apresentam uma introdução ao estudo da variação geográfica que, de algum modo, a define. Na maior parte dos manuais (Andrade & Cameira, 2021, p. 109; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, pp. 102–103; Neto et al., 2021, pp. 80, 102; Paiva et al., 2021, pp. 141–142; Pereira et al., 2021, p. 287), a definição de variação no espaço tem a língua portuguesa como única referência. Estes seis manuais referem que essa variação se concretiza ao longo do tempo, com realce para o facto de o seu início ter sido provocado pelos Descobrimentos ou expansão marítima encetados nos séculos XV e XVI. Segundo mais de metade dos manuais (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 268; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 287), a língua não é uniforme porque tem uma dimensão mundial ao ser falada em vários continentes, por largos milhões de pessoas. A variação geográfica observa-se na pronúncia, no vocabulário e na sintaxe e tem como base de referência a língua padrão que não se identifica com nenhum espaço específico nem é mais correta que nenhuma das variedades geográficas. Um único manual (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) assinala que o português não tem o mesmo papel para todos os seus falantes, que é importante conhecer a sua variação e que cada variedade tem as suas próprias normas. Um (Delindro et al., 2021, p. 79) afirma que a língua é enriquecida por algumas variedades geográficas; outro (Pereira et al., 2021, p. 287), que a língua portuguesa é rica em variedades.

Três manuais reforçam a dimensão global da variação geográfica da língua portuguesa através de um mapa-mundo em que estão representados os países em que o português é língua oficial. Dois (Costa et al., 2021, p. 206; Pereira et al., 2021, p. 287) incluem a Guiné Equatorial, onde não há falantes autóctones de português, portanto não pode haver uma variedade da língua, e dois (Pereira et al., 2021, p. 287; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) incluem a região chinesa de Macau. Todos os três mapas apresentados sobrealvalorizam o hemisfério Norte, com o dobro da dimensão do globo terrestre a sul do equador. Um manual (Pereira et al., 2021, p. 287) apresenta um número junto a cada território sendo impossível saber se se trata da população geral, do número total de falantes de português ou apenas de quem o tem como língua materna. Um manual (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) refere que nenhum dos países em que o português é língua oficial é um país monolíngue. Outro (Marques & Neves, 2021, p. 268), que não apresenta um mapa, inclui as comunidades portuguesas da diáspora entre os falantes de português.

## 2. Variedades regionais

Quase metade dos manuais analisados (Andrade & Cameira, 2021; Marques & Neves, 2021; Paiva et al., 2021) não trata da variação regional da língua no interior de países em que ela é falada e é língua oficial. Pelo contrário, há um manual (Neto et al., 2021, pp. 80, 102) cuja abordagem da variação geográfica da língua se limita a regionalismos portugueses. Os quatro manuais (Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Neto et al., 2021, p. 102; Pereira et al., 2021, p. 288) que tratam da variação regional definem-na como uma variação geográfica no interior de um território nacional, um modo de falar próprio de uma região ou de um local, que permite reconhecer a origem do falante. Todos eles dão como exemplo o caso de Portugal. Três manuais (Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Pereira et al., 2021, p. 288) designam estas variedades como dialetos, afirmando que a variação dialetal se verifica ao nível da pronúncia e do vocabulário e três (Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Neto et al., 2021, p. 102) mencionam as variedades regionais ou dialetos alentejano e portuense. Um manual (Neto et al., 2021, pp. 80, 102) faz referência aos regionalismos de Trás-os-Montes, Ribatejo, Barcelos, Beira Alta e Lisboa, e outro (Delindro et al., 2021, p. 210), ao dialeto dos lisboetas. Os dois manuais que referem o modo regional de falar português em Lisboa são de uma mesma editora sediada no Porto.

### 3. Variedade(s) portuguesa(s)

Todos os sete manuais que abordam as variedades nacionais da língua portuguesa designam o português falado em Portugal como variedade europeia (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 206; Marques & Neves, 2021, p. 105; Pereira et al., 2021, p. 287; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) ou português europeu (Delindro et al., 2021, p. 210; Paiva et al., 2021, p. 142; Santiago & Paixão, 2021, p. 128). Apenas num manual (Marques & Neves, 2021, p. 102) aparece a designação português de Portugal, num artigo de opinião extraído de um jornal. Trata-se do termo aparentemente mais utilizado oralmente pelos portugueses no seu quotidiano e também encarado por académicos portugueses como o mais correto, desde que o galego passou a ser considerado uma língua diferente do português (Segura, 2013, pp. 85, 89). O manual em questão é o único que define o território em que a variedade portuguesa é falada como Portugal. Todos os outros optam por defini-lo como Portugal continental, Madeira e Açores (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Paiva et al., 2021, p. 142) ou Portugal continental e ilhas (Pereira et al., 2021, p. 288; Santiago & Paixão, 2021, p. 242). Dois manuais (Costa et al., 2021, p. 206; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) destacam que a variedade portuguesa, tal como as outras variedades nacionais, é, na verdade, um conjunto de variedades. Um manual (Delindro et al., 2021, pp. 210–211) apresenta textos de Irene Lisboa e de Manuel da Fonseca como exemplos da variedade portuguesa e outro (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) realça que em Portugal também é falada a língua mirandesa. Apesar de em alguns manuais a pronúncia ser apresentada, a par do vocabulário, como um elemento diferenciador dos dialetos da língua portuguesa em Portugal, este manual é também o único que caracteriza aspetos da pronúncia da variedade europeia do português: “fecha as vogais e provoca a mistura de sílabas”.

### 4. Variedade(s) brasileira(s)

A designação do português falado no Brasil é consensual nos sete manuais que tratam desta matéria: variedade brasileira do português (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 127). Alguns deles (Marques & Neves, 2021, p. 102-103; Pereira et al., 2021, p. 287; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) também o designam como português do Brasil e alguns menos (Delindro et al., 2021, p. 210; Paiva et al., 2021, p. 142) incluem esta variedade na categoria do português não europeu. Outros (Costa et al., 2021, p. 206; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) dizem tratar-se de um grupo de variedades. Há um manual (Costa et al., 2021, p. 143) que afirma haver diferenças entre o português do Brasil e de Portugal, outro (Pereira et al., 2021, p. 287), que o português americano é um pouco diferente, outro (Andrade & Cameira, 2021, p. 224) diz que apresenta algumas diferenças e um outro ainda (Marques & Neves, 2021, pp. 102–103) refere que há diferenças tão acentuadas que o tornam quase numa língua diferente da falada em Portugal. Metade dos manuais analisados (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 206; Paiva et al., 2021, p. 142; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) informa que a variedade brasileira é falada no Brasil.

São quatro as categorias de características que, segundo os manuais analisados, distinguem o português brasileiro do português falado em Portugal:

- a) Construções frásicas. A categoria a que é dado maior destaque, por ser assinalada em todos os que as referem (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 143; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) e por sê-lo mais vezes, três, em primeiro lugar, é a das chamadas construções frásicas, especialmente a colocação dos pronomes pessoais átonos antes do verbo, mencionada nesses sete manuais – *o Miguel se levantou, me debrucei, eu o vi, ora se rebeavam, ora vinham se bater, ele lhe falou, me ajudam, se zanga, me animou, se ampliava, me acompanhar, lhe pediu, me disse, me diga, me arranja, me chamou, se voltou, se levantou* –, as construções com o gerúndio em vez da forma perifrástica com a

preposição *a*, seguida de verbo no infinitivo (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *estava brincando, tou dizendo, tou falando, está olhando, estão escrevendo, ficava vendo, estamos reciclando, estou vendo, estava passeando* –, a ausência de artigo definido antes dos determinantes possessivos (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 143; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 142; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *minha tia, suas palavras, meu mundo, meu pai, sua curiosidade, sua mãe, minha irmã, minhas pernas* –, e o uso diferente de preposições (Marques & Neves, 2021, p. 268; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *chegou na floresta, quer vir no cinema, fui na escola, diverte aos senhores, fui na dispensa* –. Com uma ocorrência menos significativa, é ainda referida a utilização do pronome pessoal sujeito em vez do pronome pessoal complemento direto (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) – *eu vi ele, trouxe ele* –.

b) Léxico. As diferenças lexicais são referidas nos mesmos sete manuais (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 143; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 103; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 127), mas só dois as referem em primeiro lugar. A diferença referida por todos estes manuais é a existência de vocabulário específico do português do Brasil, em especial de nomes comuns – *concreto, bobagem, celular, gringo, terno, ônibus, caipira*. Metade dos manuais (Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 268; Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167) refere o uso do pronome pessoal *ocê* como forma de tratamento informal. Alguns dão como exemplo de diferenças em relação ao português de Portugal, a substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* (Pereira et al., 2021, p. 167; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *tem gente que, na rua tinha gente* –, o diferente significado de palavras partilhadas pelas variedades dos dois lados do Atlântico (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Marques & Neves, 2021, p. 103) – *apelido* para alcunha, *descarga* para autoclismo – e expressões idiomáticas inexistentes em Portugal (Marques & Neves, 2021, p. 102; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *deixar de frescura, botar a boca no mundo* –. Um manual (Andrade & Cameira, 2021, p. 224) realça a existência de vocabulário específico com origem no tupi, como *mingau*, ou em línguas africanas, como *moleque*.

c) Pronúncia. O terceiro conjunto de diferenças diz respeito à pronúncia (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 143; Marques & Neves, 2021, p. 105; Pereira et al., 2021, p. 288; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), que são apresentadas com uma “escrita fonética alternativa” do alfabeto latino, destacando-se a abertura das vogais (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Marques & Neves, 2021, p. 268; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) como em *lévar, lévá* e a substituição do L em final de sílaba por U (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Costa et al., 2021, p. 143; Marques & Neves, 2021, p. 105), como *Brasiu, Portugau, animau e finau*. Há ainda manuais que referem a palatização do T e do D antes do som I (Andrade & Cameira, 2021, p. 224; Marques & Neves, 2021, p. 105) exemplificados com *tchio, destchi, djiretor* ou *podji*.

d) Ortografia. Por fim, alguns poucos manuais referem particularidades ortográficas do português escrito do Brasil (Paiva et al., 2021, p. 142; Pereira et al., 2021, p. 167) – *irônico, cotidiano, idéia*. O último exemplo deixou de ser verdadeiro na sequência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Pinto, 2010, p. 44).

Na generalidade dos casos, as especificidades da variedade brasileira são ilustradas com exemplos com o equivalente na variedade europeia, tal como prescreve o enunciado oficial da aprendizagem essencial no documento orientador do currículo. Todos os manuais que tratam do português do Brasil apresentam excertos literários como exemplos, com destaque para textos de Jorge Amado (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Costa et al., 2021, p. 143; Delindro et al., 2021, p. 210) e de José Mauro de Vasconcelos (Marques & Neves, 2021, p.

268; Paiva et al., 2021, p. 141; Pereira et al., 2021, p. 287), mas também, por ordem decrescente, de Carlos Drummond de Andrade (Delindro et al., 2021, p. 210; Paiva et al., 2021, p. 142), Machado de Assis (Paiva et al., 2021, p. 294) e Fernando Sabino (Santiago & Paixão, 2021, p. 127). Um manual (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) refere que no Brasil, além do português, também são oficiais “as línguas das nações índias”.

## 5. Variedades africanas

Quase todos os manuais que tratam das variedades africanas referem-nas no plural (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Costa et al., 2021, p. 206; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, pp. 142–143; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), havendo alguns que reforçam o facto de se tratar de um grupo de variedades (Costa et al., 2021, p. 206; Santiago & Paixão, 2021, p. 242). Um manual afirma que elas apresentam algumas diferenças em relação ao português europeu (Andrade & Cameira, 2021, p. 225) e outro refere-se-lhes no singular como se de uma única variedade se tratasse (Pereira et al., 2021, p. 287). Os mesmos manuais que incluem o português do Brasil na categoria do português não europeu (Delindro et al., 2021, p. 210; Paiva et al., 2021, p. 142), fazem-no também em relação às variedades africanas. Estas são identificadas com o conjunto dos PALOP (Costa et al., 2021, p. 206; Paiva et al., 2021, p. 142; Santiago & Paixão, 2021, p. 242) ou, apenas uma vez, com cada um dos cinco PALOP explicitamente nomeados, em que a língua é efetivamente utilizada (Andrade & Cameira, 2021, p. 225). Um dos manuais (Paiva et al., 2021, p. 142), no conjunto dos PALOP, especifica Angola e Moçambique, enquanto outros (Delindro et al., 2021, pp. 210–211; Marques & Neves, 2021, p. 105) restringem as variedades africanas a apenas estes dois grandes países da África Austral.

As diferenças das variedades africanas em relação ao português de Portugal destacadas nos manuais são as seguintes:

a) Construções frásicas. As diferenças que dizem respeito às construções frásicas são as mais referidas (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 143; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) e aquelas que mais vezes, três, aparecem em primeiro lugar. Os quatro manuais que as referem realçam a colocação dos pronomes pessoais átonos antes do verbo – *me debrucei, se afastou, o vi, me ajudam, me fale, me disse, lhe disse, se levantou* –, seguida do uso diferente de preposições (Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 143; Santiago & Paixão, 2021, p. 128) – *foi na escola, fomos na casa, fomos na escola, foi na sala, fui na dispensa* –, e da substituição da terceira pessoa singular e plural do pronome pessoal complemento direto pelo correspondente pronome pessoal complemento indireto (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Marques & Neves, 2021, p. 268), como em *tinha-lhes recebido e lhe ajudou* ou pronome pessoal sujeito (Paiva et al., 2021, p. 293; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), como em *vimos ele, vi ele e trouxe ele*.

b) Léxico. As diferenças lexicais são referidas pelos mesmos quatro manuais (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 143; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), mas só uma vez em primeiro lugar. Estas diferenças são especialmente relativas a nomes comuns específicos das variedades de Angola (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Delindro et al., 2021, p. 211; Paiva et al., 2021, p. 143; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), como *maca, maka, soba, chuinga, ndengue, jinguba e jindungo*, e de Moçambique (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Marques & Neves, 2021, p. 105; Paiva et al., 2021, p. 293; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), como *xipoco, ginga, xitana e machamba*, mas também um único exemplo de vocabulário próprio do português de São Tomé e Príncipe (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) – *gandu*. Dois manuais referem o uso do pronome pessoal *você* como forma de tratamento informal (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Marques & Neves, 2021, p. 105) e um, a substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) – *na rua tinha gente*. Estes

são os três manuais que apresentam características partilhadas pelas variedades africanas e brasileira, mas que não são os dois manuais que incluem todas elas na categoria das variedades não europeias.

c) Pronúncia. Por fim, um único manual assinala especificidades da pronúncia de variedades africanas: o apagamento de vogais átonas (Marques & Neves, 2021, p. 268) no português de Moçambique, assinalado com a mesma “escrita fonética alternativa” usada para descrever a pronúncia do português brasileiro e dando dois exemplos: *rspeit* e *tcar*.

Tal como na descrição da variedade do Brasil, também aqui os manuais ilustram com exemplos e equivalentes em português de Portugal as particularidades assinaladas e recorrem a excertos literários. Os autores mais citados são o moçambicano Mia Couto (Andrade & Cameira, 2021, p. 225; Delindro et al., 2021, p. 210; Marques & Neves, 2021, p. 268) e, por ordem decrescente, os angolanos Ondjaki (Paiva et al., 2021, p. 294; Pereira et al., 2021, p. 287; Santiago & Paixão, 2021, p. 242), Agualusa (Delindro et al., 2021, p. 79; Pereira et al., 2021, p. 287), Luandino Vieira (Andrade & Cameira, 2021, p. 225) e Pepetela (Paiva et al., 2021, p. 294). O manual (Santiago & Paixão, 2021, p. 242) que acerca das outras variedades realça a diversidade linguística dos países em que elas são faladas, neste caso refere acertadamente que em “África, os falantes dos vários crioulos ou de línguas indígenas são a maioria.”

## 6. Conclusões

O conjunto dos oito manuais de Português do 7.º ano de escolaridade, publicados em 2021 e atualmente disponíveis no mercado, na sua abordagem da variação geográfica da língua portuguesa prescrita pelas *Aprendizagens Essenciais* (DGE, 2018a, p. 11), revelam algumas conceções sobre as variedades brasileira(s) e africanas da língua plasmadas em cerca de 20 páginas, da responsabilidade de 28 professoras de Português dos ensinos básico, secundário e superior. Estas conceções são enquadradas pela definição da própria variação geográfica, que se observa na pronúncia, no vocabulário e na sintaxe e que é apresentada como um fenómeno exclusivo da língua portuguesa. Numa perspetiva etnocêntrica, nenhum manual esclarece que se trata de uma característica de todas as línguas naturais, independentemente de serem faladas por milhares ou milhões de pessoas, em territórios municipais ou multinacionais (Mateus & Cardeira, 2007, pp. 13–14). Apesar de o documento orientador do currículo referir um único “português padrão”, no singular, segundo os manuais, a variação geográfica da língua portuguesa observa-se a dois níveis distintos.

Por um lado, ao nível nacional, a língua apresenta uma variação regional somente da pronúncia e do vocabulário, em Portugal continental, Madeira e Açores, com destaque para os dialetos do Alentejo e do Porto. Apenas manuais publicados no Porto referem o dialeto de Lisboa. É, portanto, ignorada a variação sintática, da construção frásica, como, por exemplo, os muito (re)conhecidos usos do pronome pessoal *vós* nos dialetos setentrionais e do gerúndio em perífrases verbais em dialetos meridionais (Segura, 2013, pp. 130, 136). Além disso, apesar do cuidado da generalidade dos manuais em, como o *Dicionário Terminológico* (DGE, 2004, variedade europeia), referir a Madeira e os Açores, a verdade é que nenhum assinala especificidades de dialetos dessas regiões autónomas portuguesas. Nos manuais nunca é realçado o facto de o português padrão falado em Portugal ser o dialeto de Lisboa (DGE, 2004, variedade europeia). Pelo contrário, há um manual que adianta que a língua padrão, não sendo mais correta que as variedades regionais, não se identifica com nenhum espaço específico. Poucos manuais admitem que o português falado no Brasil e nos PALOP também é constituído por conjuntos heterogêneos de variedades, ou seja, se em Portugal é destacada a riqueza dialetal da língua portuguesa, em relação aos outros países tende-se a assumir que a língua é monolítica, homogênea, sem variação.

Por outro lado, ao nível internacional e intercontinental, a língua apresenta especificidades próprias em nove países de África, da América, da Ásia e da Europa por terem-na como língua oficial. Não são tidos em conta o facto de neles haver falantes nativos de outras línguas nem as comunidades lusofalantes que vivem fora

desses países – só um manual realça que todos estes países são multilingues e outro, que há falantes da diáspora portuguesa em muitos outros países. A variação internacional e intercontinental, segundo os manuais, resulta da difusão mundial da língua na sequência dos Descobrimentos ou expansão marítima dos séculos XV e XVI. Na realidade, trata-se de uma causa remota pois, no Brasil, a língua portuguesa só se começou a generalizar com a corrida ao ouro do século XVIII (Faraco, 2017, pp. 138–141) enquanto em África, tal só viria a acontecer a partir de meados do século XIX (Henriques, 2024, pp. 18–23). Para a maioria dos manuais, as variedades (inter)nacionais do português subdividem-se em dois grandes grupos. Uns diferenciam explicitamente o português europeu do “português não europeu”. Outros apresentam, em conjunto, especificidades sintáticas partilhadas pelas variedades brasileira e africanas.

A variedade brasileira do português ou português do Brasil é considerada diferente, um pouco diferente, algo diferente ou muito diferente da variedade europeia ou português europeu. Segundo um manual, é tão diferente que quase poderia ser considerada outra língua. Os portugueses não especialistas na matéria parecem concordar, dada a frequência com que, no dia-a-dia, se ouve a designação *brasileiro* para identificar a língua falada pelos brasileiros. Já os académicos do outro lado do Atlântico parecem preferir o glossónimo *português brasileiro* (Bagno, 2007, pp. 101–103; Faraco, 2021, p. 45; Silva, 2008, p. 23), que nenhum manual utiliza. Por comparação com o português de Portugal, termo mais popular que português europeu, os manuais analisados destacam, por ordem decrescente, as suas seguintes cinco características principais: a colocação dos pronomes pessoais átonos antes do verbo, o vocabulário específico, em particular nomes comuns – não são dados exemplos de outras classes de palavras –, o uso do gerúndio em vez da perífrase *a*+infinitivo, a ausência de artigo definido antes de determinantes possessivos e, por fim, variadas diferenças de pronúncia. Alguns manuais referem ainda o uso diferente de preposições, o uso informal de *você* e diferenças ortográficas.

Relativamente às variedades africanas, são apresentadas muito menos características específicas, num menor número de manuais, deixando transparecer o bicentrismo luso-brasileiro da língua portuguesa (Pinto, 2022, p. 34). Ao contrário do Brasil e de Portugal, em nenhum país africano de língua oficial portuguesa o português é a língua materna da quase totalidade da população (Pinto, 2024, p. 105). A característica mais frequentemente assinalada para as variedades africanas é a mais frequente também no português do Brasil: a colocação dos pronomes pessoais átonos antes do verbo. Segue-se a substituição do pronome pessoal complemento direto da terceira pessoa do singular e do plural pelo pronome pessoal complemento indireto ou sujeito correspondente, o uso diferente de preposições e, por fim, os nomes comuns próprios destas variedades, sem qualquer referência a outras classes de palavras e à sua origem nas línguas bantu africanas. Embora a maioria dos manuais identifique as variedades africanas com cada um dos PALOP, a verdade é que as variedades faladas em Angola e Moçambique são claramente privilegiadas apesar de nunca serem designadas “português de Angola” ou “português angolano” nem “português de Moçambique” ou “português moçambicano”. Trata-se, com efeito, das duas variedades africanas da língua portuguesa mais estudadas (Gonçalves, 2013, pp. 157–158; DGE, 2004, variedades africanas). No conjunto dos manuais analisados é apresentado apenas um exemplo lexical da variedade de São Tomé e Príncipe e nenhum do português falado em Cabo Verde ou na Guiné-Bissau. Esta hierarquização das variedades africanas do português corrobora a percentagem de estudos, publicados entre 1977 e 2024, que integram a Bibliografia de Variedades do Português em África, da Universidade Eduardo Mondlane: Moçambique (52,1%), Angola (33,6%), São Tomé e Príncipe (9,1%), Cabo Verde (3,4%) e Guiné-Bissau (1,8%) (Universidade Eduardo Mondlane, 2025).

As características das variedades brasileira e africanas, além dos exemplos descontextualizados com o seu equivalente em português europeu, são ilustradas com excertos de textos literários de cinco escritores brasileiros, quatro angolanos e de apenas um moçambicano, Mia Couto, nascidos entre 1839 e 1977. A opção pelo texto literário, em que há uma maior liberdade estilística, dever-se-á ao facto de, no discurso escrito formal, tanto nos PALOP como no Brasil, não ser frequente o recurso às variedades nacionais. No primeiro caso, porque a norma de referência é o português europeu e, no segundo, porque a norma-padrão é um modelo ideal, que ninguém fala, inspirado na escrita dos portugueses do século XIX (Bagno, 2007, pp. 105–108; Faraco, 2021, pp. 50–51). As variedades brasileira(s) e africanas da língua portuguesa, principalmente a angolana e a

moçambicana, nos manuais do ensino básico analisados são concebidas, cada uma delas, como variedades homogêneas que partilham várias semelhanças entre si. As suas especificidades verificam-se essencialmente na sintaxe, com destaque para o uso dos pronomes pessoais, e no léxico próprio de cada uma delas. Se na caracterização da variação geográfica do português de Portugal se destaca a pronúncia como fator diferenciador, já na caracterização da variação do português do Brasil, de Angola e de Moçambique o foco dominante é a sintaxe. Nas conceções sobre as variedades brasileira(s) e africanas do português dos manuais do ensino básico transparece claramente o biculturismo luso-brasileiro da língua e a afirmação de duas novas variedades africanas, a de Angola e a de Moçambique. Por fim, é surpreendente o volume de imprecisões, incorreções e ambiguidades na abordagem da variação geográfica pelos manuais analisados que seriam seguramente inaceitáveis noutras aprendizagens essenciais da gramática, da educação literária ou de outras disciplinas do currículo do ensino básico.

### Corpus analisado

- Andrade, A. & Cameira, C. (2021). *Mensagens 7 – Português 7.º ano*. Texto Editores.
- Costa, F., Bom, L., Jorge, N. & Magalhães, V. (2021). *Livro aberto 7 – Português*. Porto Editora.
- Delindro, F., Pereira, M. J. & Carvalho, M. M. (2021). *Ponto.pt 7 – Português*. Areal Editores.
- Neto, C., Guimarães, L., Brochado, O., Amaral, R. A. & Nunes, S. (2021). *EntreNós 7 – Português*. Areal Editores.
- Marques, C. & Neves, A. P. (2021). *A par e passo 7 – Português 7.º ano*. Edições ASA.
- Paiva, A. M. de, Meireles, B., Barroso de Almeida, G. & Junqueira, S. (2021). *Palavra-chave 7 – Português*. Porto Editora.
- Pereira, A. R., Santos, S. & Carreira, S. (2021). *Palavras (en)cantadas – Português 7.º Ano*. Plátano Editora.
- Santiago, A. & Paixão, S. (2021). *O mundo em palavras 7*. Raiz Editora.

### Referências

- Bagno, M. (2007). *Nada na língua é por acaso: Por uma pedagogia da variação linguística*. Parábola.
- Direção-Geral da Educação. (2004). *Dicionário terminológico*. Ministério da Educação e Ciência. <https://dt.dge.mec.pt/>
- Direção-Geral da Educação. (2018a). *Aprendizagens essenciais. 7.º ano. 3.º ciclo do Ensino Básico. Português*.
- Direção-Geral da Educação. (2018b). *Aprendizagens essenciais. 8.º ano. 3.º ciclo do Ensino Básico. Português*.
- Direção-Geral da Educação. (2018c). *Aprendizagens essenciais. 9.º ano. 3.º ciclo do Ensino Básico. Português*.
- Direção-Geral da Educação. (2018d). *Aprendizagens essenciais. 10.º ano. Ensino Secundário. Português*.
- Faraco, C. A. (2017). *História sociopolítica da língua portuguesa*. Parábola.
- Faraco, C. A. (2021). Norma-padrão e ensino de português no Brasil. *Palavras – Revista em Linha*, 4, 45–56. <https://doi.org/10.61248/pel.vi4.125>
- Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do português* (Vol. 1, pp. 157–178). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Henriques, I. C. (2024). A África no século XIX: Estados africanos, instalações portuguesas, relações luso-africanas. In I. C. Henriques (Dir), *Desconstruir o Colonialismo, descolonizar o imaginário* (pp. 17–25). Edições Colibri.
- Mateus, M. H. M. & Carreira, E. (2007). *O essencial sobre língua portuguesa. Norma e variação*. Caminho.
- Pinto, P. F. (2010). *Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Pinto, P. F. (2022). Português, língua pluricêntrica: Teoria e realidades. In T. Kuhn, J. Schoffen, C. Perna, A. Antunes & M. Carilo (Orgs.), *Português língua pluricêntrica: Das políticas às práticas* (pp. 22–40). Pontes Editores.
- Pinto, P. F. (2024). Política de educação linguística da cooperação para o desenvolvimento da democracia portuguesa. *Revista Negócios Estrangeiros*, 26, 96–116.
- Pinto, P. F. (no prelo). Representações sobre a origem, evolução e distribuição da língua portuguesa nos manuais do ensino secundário. In I. Santos, L. Inverno & M. J. Carvalho (Eds.), *Pelo tempo e pelo espaço. Estudos em Homenagem a Clarinda de Azevedo Maia*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Segura, L. (2013). Variedades dialetais do português europeu. In E. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do português*. (Vol. 1, pp. 85–142). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, R. V. M. (2008). *Ensaio para uma sócio-história do Português Brasileiro*. Parábola.
- Universidade Eduardo Mondlane. (2025). *Bibliografia variedades do português - África*. Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira. <https://catedraportugues.uem.mz/>
- Zilles, A. M. S. & Faraco, C. A. (Orgs.), (2015). *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*. Parábola.